

**A FORMAÇÃO DOCENTE E A POTENCIALIDADE DOS ALUNOS DIANTE
DAS DIFICULDADES ESCOLARES: A EXPERIÊNCIA COM JOVENS
AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS**

Débora Cristina Fonseca
UNESP Rio Claro
dcfon10@gmail.com

Caroline Polido
UNESP Rio Claro
caroline_poli@hotmail.com

Eduardo Pinto e Silva
UFSCAR
dups@ig.com.br

Maria Cecília Luiz
UFSCAR
mceluiz@gmail.com

RESUMO: A defasagem escolar (idade/série) dificultava o retorno e permanência na escola de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Neste trabalho, apresentamos a análise de um projeto de extensão desenvolvido com o objetivo de colaborar para a redução das dificuldades de aprendizagem e de escolarização desses jovens, na perspectiva da educação não formal e da potencialidade de formação docente para esta prática, buscando (re)significar a experiência de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Educação; Violência.

Introdução

Enquanto mundialmente se busca a consolidação dos direitos humanos, através da implementação de políticas públicas que reduzam a desigualdade social e a condição de pobreza, aumentando os índices de escolarização. No Brasil se aprovou, no início da década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituindo um novo arcabouço legal e um discurso jurídico de garantias de desenvolvimento integral a crianças e adolescentes, em oposição à legislação anterior, denominada Código de Menores (BRASIL, 1979), que regulava as ações sobre os jovens em situação irregular, notadamente pobres e negros.

No que se refere à criança e ao adolescente, está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) em seu art. 3º. que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Art. 3º., ECA, 1990)

A condição de sujeito de direitos no nível jurídico-institucional aponta para uma condição especial da criança e do adolescente, a de sujeito em desenvolvimento. Os artigos terceiro, quarto e quinto do ECA, indicam a efetivação do artigo 227 da Constituição Federal Brasileira, dispendo sobre a responsabilidade e a garantia de prioridades na efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à **educação**, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Desta forma, o ECA vem abarcar as discussões, estudos e teorias de desenvolvimento propostas por pesquisas do mundo todo. A psicologia do desenvolvimento e da educação também contribuíram para esta nova concepção social e legal sobre criança e adolescente. Autores que discutem o desenvolvimento humano, processos educacionais e de ensino aprendizagem, têm sido utilizados para fundamentar práticas cotidianas de educação e de programas desenvolvidos por escolas. Porém, o ECA, ao tratar do direito à educação, aponta de forma mais ampla para seu desenvolvimento não restrito à escola, na perspectiva de que a aprendizagem se dá na interação com o meio, com a cultura, sendo constitutiva da identidade dos sujeitos (CIAMPA, 1987).

Nesta perspectiva, os trabalhos voltados para crianças e adolescentes deveriam ser respaldados pelo cuidado ao desenvolvimento pensando não apenas no aspecto biológico, mas também no desenvolvimento social, cultural, educacional e psicológico, considerando assim a realidade de cada população e de sua história de vida. Todo e qualquer programa voltado para a infância e juventude, nesta lógica, deveria ser

pensado a partir de teorias do desenvolvimento que considerem os elementos que possibilitem pensar nos processos educativos como processos de emancipação dos sujeitos.

Na área da Educação, a história nos aponta que as proposições legais se coadunam com a ideia de que a prática educacional deveria moldar o homem egoísta para a vida em sociedade e, portanto, ser um instrumento de manutenção e do status. Entretanto, esta área, na perspectiva teórica marxista tem buscado entender o papel da educação enquanto processo emancipatório e, para tanto, tem discutido novas metodologias de trabalho que possibilitem o ensino-aprendizagem como partes de um mesmo processo e que tenha sentido no cotidiano de quem aprende (SAVIANI, 2003).

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990), a condição de sujeito de direitos passa a ser assegurada a crianças e adolescentes, com uma condição especial, a de desenvolvimento, avançando muito na democratização e garantia dos direitos humanos, com o estabelecimento de novos paradigmas, saindo da doutrina da situação irregular e passando para o da proteção integral.

A Doutrina da Proteção integral, prevista nos documentos internacionais, adotados pelo Brasil e também de acesso à justiça social, têm como alicerce a convicção de que crianças e adolescentes são credores de direitos próprios e especiais que, em razão de sua condição específica de pessoa em desenvolvimento, estão a necessitar de uma proteção especializada, diferenciada, integral. Neste contexto, o projeto proposto se insere no universo de garantia de um dos direitos fundamentais, a educação, cumprindo seu papel social junto a sociedade e com seus próprios alunos.

Também procura romper com a lógica dos problemas/dificuldades de aprendizagem como biologicamente produzidos e conseqüentemente culpabilizando o aluno individualmente por seu fracasso/defasagem escolar, desconsiderando questões educacionais e sociais.

A Experiência

A experiência a ser relatada e discutida foi desenvolvida como um projeto de extensão universitária, iniciado em 2014, em parceria com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), passando posteriormente a ser realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, com uma escola que atende na

modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de uma cidade do interior paulista (Brasil).

A proposta surgiu da necessidade evidenciada pela equipe do serviço - CREAS e da equipe escolar, ao identificarem a defasagem escolar (idade/série) de muitos jovens por eles atendidos, que dificultava o retorno e permanência na escola, principalmente para aqueles que estavam em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. No Brasil, quando um jovem se envolve com algum ato infracional, após o desenrolar do processo judicial, os jovens podem cumprir medidas socioeducativas. Em seus artigos 19º e 20º, o Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2012) discorre sobre as medidas socioeducativas a serem aplicadas aos jovens autores de ato infracional, explicitando que estas precisam estar de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE/2012), o qual tem a incumbência de regulamentar a execução dessas medidas.

Segundo o Estatuto da Criança e do adolescente (BRASIL, 1990), “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” e em seu artigo 112, dispõe sobre as medidas socioeducativas, que são:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (BRASIL, 1990)

Portanto, a esses jovens, ao cumprirem qualquer medida socioeducativa, deve ser garantido os direitos básicos previstos no ECA, entre elas a matrícula e frequência a escola como forma de preservação do direito à educação, constante no art. 4º. do ECA.

Quando a medida implica em privação de liberdade, a instituição deve garantir o acesso diário à escola, com aulas regulares dentro da Fundação Casa (no Estado de São Paulo). Quando a medida pode ser cumprida em meio aberto, a matrícula e frequência a escola deve ser acompanhada por um agente do sistema socioeducativo, que mais

recentemente passou a ser de responsabilidade do CREAS (BRASIL, 2015). Ainda, a obrigatoriedade de vaga nas escolas públicas.

Diante deste panorama, os profissionais do CREAS procuraram a Universidade (Unesp/Departamento de Educação), solicitando apoio para desenvolvimento de atividades pedagógicas que colaborassem com a melhoria da situação desses jovens, haja vista que estavam matriculados mas não frequentavam, ocorrendo o abandono principalmente pelas dificuldades escolares, de apropriação do conhecimento..

Desta forma, o projeto de extensão foi pensado e passou a ser desenvolvido (após aprovação da Pró-Reitoria de extensão/Unesp), com o objetivo de trabalhar pedagogicamente para a redução das dificuldades de aprendizagem e apropriação do conhecimento formal, na perspectiva da educação não-formal.

Buscamos desenvolver uma metodologia de formação que possibilitasse que os sujeitos (crianças e jovens) sejam ativos no processo, que os participantes possam se envolver e desenvolver seus conhecimentos. Portanto, buscou-se trabalhar o déficit educacional e as dificuldades de aprendizagem através da leitura e produção de materiais/histórias em quadrinhos; poesias; filmes; jornais (escrito e falado); teatro e outras que possibilitem o desenvolvimento do conhecimento de forma lúdica e pedagogicamente eficiente.

Na primeira etapa, ainda em parceria com o CREAS, a experiência apresentou bons resultados. Algumas atividades foram desenvolvidas na escola e outras com alunos no Núcleo Pedagógico (Organização Não Governamental que atende crianças/jovens em período contrário a escola). As crianças e jovens envolvidos nas atividades apresentaram melhoras em seu aprendizado, com maior interesse por aprender, principalmente porque as atividades educativas/pedagógicas se utilizam de metodologias alternativas (música, teatro, pintura, atividades escritas com conteúdos diferenciados - poesias, letras de músicas, etc).

Antes do início das atividades, todos foram avaliados pedagogicamente, porém de forma lúdica, e o planejamento ocorreu considerando as necessidades de cada criança/jovem. Naquele momento foram atendidos 8 participantes, considerando que existia rotatividade, haviam momentos com mais ou com menos alunos, estando entre eles, alguns que já cumpriram ou ainda cumpriam medida socioeducativa. Sabemos que este público (jovens em cumprimento de medida socioeducativa) nem sempre adere

as proposta educativas. Consideramos como de grande sucesso a permanência destes alunos no grupo.

Pela natureza da proposta, não é possível trabalhar com grupos grandes. Para garantir a qualidade, entendemos que o número de participantes foi adequado, contribuindo para a melhora no processo ensino-aprendizagem e, provavelmente, o avanço na escolaridade pode ocorrer, assim como a permanência na escola. Nesta etapa contávamos no desenvolvimento da proposta de uma aluna bolsista (graduação em Pedagogia), e a colaboração de outra aluna de pedagogia de forma voluntária e uma pedagoga, aluna do Programa de Pós-Graduação.

Nesta proposta, trabalhamos os déficits educacionais de forma libertária, onde os envolvidos tenham a autonomia de expressar suas necessidades, formas de trabalhar e suas dificuldades de aprendizagem. Progressivamente os envolvidos apresentaram melhoria nas relações que envolvem a escrita, leitura e interpretação. A realização de oficinas, composição de musicas, construção de poemas e poesias, representam a concretude dos resultados alcançados.

Naquele momento entendíamos que, quando trabalhamos o corpo, a ludicidade e atividades diferenciadas do que normalmente se foca na escola, desenvolvemos muitas potencialidades como a criatividade, a interação, o convívio entre as pessoas, a cooperação, o prazer, entre outros. Segundo Zuccolotto (2009) ao brincar, a criança/jovem cria, inventa, simboliza uma situação imaginária, podendo assumir ao mesmo tempo diferentes papéis. O hábito de brincar precisa ser cultivado pois, fortalece a formação do vínculo afetivo, melhorando as relações. Além disso, o jogo, a brincadeira, o faz de conta, estimulam a socialização, a inteligência, a criatividade, favorecendo o surgimento das possibilidades, como também, o reconhecimento das limitações e dificuldades.

Esse brincar é essencial para a vida da criança, pois estabelece uma conexão entre o mundo imaginário e o mundo real. É um processo necessário, para que a criança possa aprender a lidar com as situações presentes na família, na escola, com os amigos, aprimorando as relações intra e interpessoal. (ZUCCOLOTTO, 2009, p. 7)

O desenvolvimento humano ocorre quando este sujeito participa ativamente do processo, se apropriando do conhecimento desenvolvido nas atividades propostas. A

falta de liberdade e a repressão existente no cotidiano da escola básica parecem repercutir negativamente na subjetividade dos alunos, principalmente no que diz respeito ao estímulo da atividade espontânea, característica relevante para o desenvolvimento integral. Procuramos trabalhar na perspectiva de contribuir para melhoria de sua aprendizagem, sem, no entanto, utilizar a obrigatoriedade, buscando construir outros sentidos para o processo de ensino aprendizagem.

Nos anos seguintes (2015 e 2016), buscamos desenvolver o projeto em parceria com uma escola municipal, que atende a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta decisão ocorreu pelo fato de que alunos com mais de 15 anos, com defasagem escolar, são compulsoriamente transferidos para esta modalidade de ensino. Como o foco da proposta era trabalhar com jovens em conflito com a lei, em cumprimento de medida socioeducativa ou não, consideramos que teríamos mais acesso a esta população, se o trabalho fosse desenvolvido na aproximação com a escola onde estão matriculados.

Notamos, também na escola, pouca aderência e participação dos adolescentes /jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Este panorama já era esperado, sabemos que esses meninos e meninas carregam histórias de fracasso escolar e abandono, sendo histórias carregadas de sofrimento e busca de outros espaços, como a rua, para sua socialização e reconhecimento social.

A partir disso, ampliamos o atendimento dos jovens em situação de risco, com histórico de dificuldades e, alguns casos de abandono escolar, e adultos jovens com defasagem escolar, alunos do EJA.. Estes participantes foram convidados na escola, com uma apresentação musical e posteriormente, com a divulgação em sala de aula. As atividades ocorrem em um horário diferenciado das aulas e com espaço mais livre para as proposições com os alunos que se interessaram. Na divulgação e algumas atividades, os docentes da escola foram muito colaborativos. Para o desenvolvimento do projeto foram agregados ao grupo, alunos de licenciaturas, pela proposta incluir a formação do futuro docente para outras práticas educativas.

Nesta fase de desenvolvimento da proposta, considerando que a proposição está voltada a uma população difícil, que pouco adere às propostas de trabalho ligada a Educação, por este motivo sua relevância social e de política de inclusão. Foram realizadas várias reuniões com equipe da escola municipal que desenvolve a modalidade

EJA, estabelecendo uma ótima parceria. Alguns jovens aderiram à proposta e passaram a integrar o projeto, com reuniões semanais em horário anterior a escola. Foram desenvolvidas várias atividades artísticas e de produção de textos. O trabalho no ano de 2015 foi finalizado com a produção de um livreto com os poemas/contos produzidos pelos participantes do projeto e apresentados/distribuídos na formatura dos alunos de EJA. A direção da escola apontou a grande importância do projeto e solicitou continuidade para o ano de 2016. Sabemos que adolescentes envolvidos com ato infracional desenvolvem grande desconfiança sobre propostas de escolarização, motivo pelo qual a construção do vínculo se constitui no primeiro desafio, estabelecendo confiança. Este ponto é fundamental para que os jovens possam aderir a qualquer proposta que faça vínculo com a escola.

Os alunos envolvidos indicam um grande aprendizado, principalmente na produção coletiva do trabalho e pela potencialidade dos jovens que, de forma geral, são considerados problemas para a escola.

Algumas atividades desenvolvidas no ano de 2015 e 2016:

- Produção de um documentário

Realizamos uma experiência com a produção do vídeo documentário sobre o EJA. Este vídeo foi produzido em apenas dois encontros através de entrevistas feitas pelos participantes do projeto aos profissionais e alunos da escola. Estas entrevistas foram editadas e resultou em filme de 10 minutos. Ao ver o resultado do trabalho a diretora se animou e se dispôs a colaborar com o que fosse preciso. A gestão escolar relatou que estava enfrentando diversas dificuldades com esse público.

A partir da primeira produção que foi o vídeo, fomos conversando cotidianamente sobre as possibilidades que tínhamos com nossos encontros. Levamos diversas propostas e ouvimos as expectativas e ideias da turma.

- Literatura

Decidimos coletivamente atuar no campo da literatura, conhecendo gêneros literários, interpretando textos e produzindo poesias e contos. Assim surgiu a proposta de editarmos um pequeno livreto com essas produções e organizar um sarau na escola de modo a envolver a comunidade escolar nas atividades do projeto.

- Produção de poesia dadaísta (cada um escreveu dois versos em um pequeno papel, depois embaralhamos dobrados para montagem da poesia).

Montamos uma grande poesia com a ideia de todos; o primeiro tema proposto foi “amor”, o segundo foi “mãe” e o terceiro livre. Os participantes sorriam e mostravam-se descontraídos e interessados na dinâmica de produção da poesia.

- Estudo de rimas e algumas produções com tema livre.

O grupo se animou na brincadeira da rima e usaram-nas para fazer piadas.

Neste encontro também havíamos planejado uma atividade em duplas, para sanarmos as dificuldades que eles haviam levantado em alguns encontros anteriores, como dificuldade em matemática e história.

- Interpretação de Texto:

Levamos poesias de tipos e autores diferentes, e assim foi realizada a leitura de cada uma em voz alta (Racionais Mcs, Manoel de Barros...). Depois conversamos sobre o que foi lido por cada um, exercitando a interpretação de texto e as argumentações.

- Sarau

Introduzimos um pequeno vídeo “O que é sarau?” que descreve o surgimento e o contexto histórico dessa manifestação cultural.

Discutimos como queríamos o nosso evento e marcamos um pequeno sarau no horário do projeto para semana seguinte. Convidamos por volta de dez pessoas da universidade para fazer o pequeno sarau. Abrimos o sarau com o poema “Da paz” de Marcelino Freire e após a organização da fala de cada um, os respectivos participantes leram no mínimo um verso que lhe tocou.

- Formatura

Na formatura do 9º do EJA e como combinado com a escola os participantes do projeto puderam ler para os colegas as suas produções, sendo essas organizadas em um livreto distribuídos a todos.

Progressivamente os envolvidos apresentam melhoria nas relações que envolvem a escrita, leitura e interpretação. A realização de oficinas, composição de musicas, construção de poemas e poesias, representam a concretude dos resultados alcançados até aquele momento.

2016

- Literatura de cordel,

Trabalhamos com a produção de letras musicais e utilização do dicionário para potencializar as rimas e as correções da grafia. Os participantes incluíram em seu cotidiano o uso do dicionário para encontrar palavras com o mesmo significado e que tenham mais coerência na construção das rimas.

- Oficina de Cinema

Com a colaboração de um diretor de cinema, os alunos foram convidados a produzir um file (curta metragem), de forma coletiva e discutida, com a elaboração do roteiro e produção das imagens, sob orientação técnica. A experiência foi muito interessante para os participantes.

Mais importante que os resultados foram os processos e a convivência com esses alunos que apresentam dificuldades escolares. Primeiramente pela oportunidade formativa para os futuros professores de licenciaturas. Todos os graduandos relataram um grande aprendizado, não sendo isto possível em sala de aula. Relataram que a experiência contribuiu grandemente para sua formação como educador, por ser uma turma diversa, formada por pessoas de idades e culturas diferentes, típico das turmas de EJA, e por isso possibilitou vivenciar um pouco das teorias na prática, sendo o diálogo a principal estratégia adotada.

Alguns apontamentos

Buscamos (re)significar o processo ensino aprendizagem, construindo juntamente com eles, um aprender a partir de coisas/situações que tenham expressão em sua vida cotidiana.

Segundo Spozati (2000), dentre os tantos fatores que levam os jovens cada dia mais para longe das escolas, temos o distanciamento do que a escola proporciona e de sua realidade pessoal. Assim, o modelo de escola vigente, reforça a educação a serviço da exclusão, não da inclusão social.

Não basta usar a palavra de ordem: “Toda criança na escola”. É preciso ousar, dar um salto de qualidade e comprometer a escola, a sala de aula e as atividades educativas com o processo mais amplo de inclusão social. (SPOZATI, 2000, p. 31)

Trabalhamos desta forma, em atividades que fossem de encontro aos interesses desses jovens, que despertassem a vontade e mobilidade frente às atividades realizadas, buscando a não obrigatoriedade e a opinião de todos durante o processo. As atividades, quando apresentam algo que realmente tenha significado para o sujeito, trás consigo a chance enorme de que este se aproprie e participe inteiramente, já que o mesmo consegue ver algum sentido. Isto, muitas vezes, não acontece na escola, visto que os jovens em suas carteiras enfileiradas devem realizar a atividade proposta corretamente, em tempo determinado, mesmo que aquilo não seja de seu interesse e não o agrade.

Segundo Bezerra (2010), deve-se buscar sistematicamente construir um processo de educação que considere a diferença relacionada à especificidade dos seus alunos atendidos, as necessidades e os anseios dos que ela assiste, visando realizar uma educação de qualidade direcionada para a realidade e para a superação dos problemas sociais presentes em nossa sociedade. Cabe desta forma ao profissional da educação que busque atender a todas as especificidades de cada aluno. Gómez (1997), referindo-se aos cursos de formação inicial, indica que o modelo que predomina atualmente concebe o professor como técnico.

De forma geral, ficou perceptível o avanço dos participantes envolvidos no projeto, na interação entre eles, desenvolvendo o respeito mútuo e sua importância. Notamos que um aluno quando está sendo avaliado, do modo tradicional, pode apresentar dificuldades complexas, por exemplo, para realizar operações básicas da matemática, mas quando estava em meio à uma atividade que para ele seria apenas uma brincadeira, a contagem e o raciocínio surgiam de uma maneira surpresa para todos que o acompanhavam. O que nos sugere que talvez o problema não esteja no aluno e sim na forma de avaliação, ou nas propostas pedagógicas que usamos e temos como única maneira de ver se algo foi aprendido.

Devemos pensar que nem sempre esta na pessoa, criança/jovem a dificuldade de aprender a ler e escrever, mas, no processo educacional falho ou no método de ensino adotado. A avaliação, como algo inventado para determinar, classificar e ainda possibilitar a compreensão de fracassos escolares, contribui para o agravamento do quadro. De um lado, vemos a avaliação como autora de dificuldades presentes nos alunos devido aos métodos comparativos e que expõem as suas incapacidades e

inaptidões, e por outro, a exclusiva e única maneira de nos apresentar formas para perseguirmos na diminuição dos males da educação no homem contemporâneo.

Muitas avaliações são classificatórias, tendo por objetivo verificar se o aluno se enquadra no perfil de aluno “bom” ou não, justificando assim a prática de professores inaptos que apostam em meios de avaliação que mais punem do que educam. Assim, temos duas vertentes: a mesma escola que educa, que ensina e forma cidadãos competentes, é também a escola que classifica alunos como ruins e incompetentes. Em tempos atuais, é inadmissível um modelo de escola que não tenha como centro a avaliação formativa. Em muitas escolas, vemos que ainda perpetuam modelos avaliativos que oprimem, com intuito de punição.

Dessa forma, o profissional da educação parece se colocar no papel de quem atesta se o aluno aprendeu os conteúdos anteriormente dados. Existe uma ausência de reflexão sobre o fato de que esses alunos (crianças, adolescentes ou adultos) não estão aprendendo devido a metodologia massificada e hegemônica adotada pelos docentes ou induzida pela política educacional vigente. Em nossa análise, a avaliação tradicional classificatória não se encaixa mais na escola de hoje. Avaliar, em dias atuais, deve seguir a busca dos motivos que derivam da não aprendizagem para que, desta forma, o professor mude seus métodos até que seus alunos se apropriem do conteúdo dado.

Para realização de um trabalho coerente e que possibilite um aprofundamento na questão, entende-se que os referenciais teóricos, que trazem uma visão sócio histórica podem vir a contribuir significativamente para a mudança na área educacional. A compreensão de como as pessoas pensam e, conseqüentemente, agem, constituindo-se sujeitos em seu processo de desenvolvimento, traz para o campo da psicologia e da educação a necessidade de referenciais teóricos e metodológicos que não fragmentem o entendimento do fenômeno e que possibilitem compreendê-lo em sua dinâmica e em suas contradições e historicidade. Mais especificamente, encontramos respaldo na psicologia sócio histórica, cujas bases epistemológicas estão ancoradas no materialismo histórico dialético. (VIGOTSKI,2001; LEONTIEV, 1978). Desta forma, na proposição das atividades desenvolvidas no projeto relatado, buscamos nos fundamentar nos pressupostos de autores como Vigotski e Leontiev.

Nesse sentido, no desenvolvimento do pensamento (uma das funções psicológicas), segundo Vigotski (2001), ocorre um processo revolucionário, quando da

passagem do pensamento natural ao cultural. Para ele, o primeiro é baseado em certas propriedades primárias do aparato nervoso, enquanto o pensamento cultural é decorrente da conexão e apropriação da cultura elaborada pela humanidade nas relações sociais. Essa passagem se dá principalmente com a ajuda da linguagem, com a utilização da ferramenta palavra, ocorrendo neste processo uma mudança decisiva no comportamento do ser humano. Trabalhamos buscando possibilitar a apropriação da cultura e da linguagem como elementos fundamentais para superação das dificuldades e defasagem educacional dos alunos atendidos no projeto.

De forma geral, consideramos que experiências como a relatada, podem possibilitar na formação do professor outras possibilidades de trabalho pedagógico, e ainda, podem ser formativas para aqueles que não encontram saídas para as dificuldades apresentadas pelos alunos, principalmente para aqueles que estão em defasagem escolar e se envolvem com práticas criminalizáveis pela sociedade. Acreditamos que trabalhos na perspectiva do não-formal, mas que potencialize o conhecimento formal, podem ser benéficas para a redução da exclusão e desigualdade de acesso e permanência na escola.

Não podemos deixar de constar que, muitas dificuldades de aprendizagem são atravessadas por outras dificuldades de ordem pessoal, afetiva e/ou social e isto afeta diretamente o desenvolvimento de cada um. Por este motivo trabalhamos com atividades de caráter lúdico, como fazer pipa e brigadeiro, com literatura de cordel, com letras de músicas compostas por eles, e outras formas educativas, que carregam junto o lúdico e a construção coletiva de sentidos.

Sabemos que os participantes não superaram todas as suas dificuldades de aprendizagem em relação ao ensino regular. Este é um avanço que deve ser perseguido, acolhendo estes jovens como sujeitos de direitos e não apenas como autores dos atos praticados e considerados infracionais pela lei e pela sociedade. Segundo Monte (2011, p. 132)

São indivíduos cujo desenvolvimento sofre forte influência das desigualdades e injustiças sociais a que são submetidos, assim como do tipo de relação interpessoal prevalente nos locais em que eles cumprem medidas socioeducativas.

Ainda assim, foi possível perceber que as crianças/jovens atendidos apresentam bom potencial de aprendizagem. Potenciais estes que devem ser buscados, reconhecidos e trabalhados.

Por outro lado, sabemos que a formação nos cursos de graduação, principalmente das licenciaturas, não abarca esta temática em suas grades curriculares. A experiência desenvolvida nos 3 anos do projeto considera a Lei 8.69/90 (ECA) e a LEI Nº 11.525 de 2007, que tornou obrigatório o trabalho com Estatuto da Criança e do Adolescente por professores no Ensino Fundamental. Desta forma, cabe aos professores/futuros professores incluir a discussão sobre esses direitos e saber como cumprir a previsão legal, sendo educadores capazes de atuar na reinserção de jovens estigmatizados pela sociedade. Consideramos ser este projeto uma possibilidade importante de formação complementar aos alunos de licenciatura, contribuindo para que sua prática efetiva como educador possa ser mais comprometida ética e politicamente.

Apesar das dificuldades e o fato de que o projeto foi desenvolvido com um público pequeno, consideramos que sua experiência foi uma grande contribuição qualitativa para se repensar as dificuldades escolares.

Referências

Bezerra, Z.F.; Sena, F. A.; Dantas, O.M. dos S.; Cavalcante, A.R.; Nakayama, L. (2010) Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. *Educ. rev.* [online], n.37, pp. 279 - 291.

Brasil (1979) Código de menores. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm>. Acesso em 04 abr. 2015.

Brasil (1988) Constituição Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 04 abr. 2015.

Brasil (1990). Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 25 mai. 2014.

Brasil (1996). Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC.

Brasil (2012). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Resolução nº 119. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 09 jul. 2014.

Brasil (2015) Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>>. Acesso em 27 abr. 2015.

Carvalho, J. S.F. de. (2011) A produção do fracasso escolar: a trajetória de um clássico. *Psicol. USP*, São Paulo , v. 22, n. 3, p. 569-578, Sept.

Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Feijó, M.C.; Assis, S.G. de. (2004) O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. vol.9, n.1, pp. 157-166. ISSN 1413-294X.

Gómez, A. P.(1997) O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo: In: Nóvoa, A (Coord). *Os professores e a sua formação*. Lisboa. Publicações Dom Quixote, Instituto de Inovação Educacional, Págs. 93-114.

Leontiev, A.N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978

Monte, F.F.de C.; Sampaio, L. R.; Rosa Filho, J.S.;Barbosa, L.S. (2011)Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. *Psicol. Soc.*, Abr, vol.23, no.1, p.125-134. ISSN 0102-7182

Saviani, D. (2003) *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8ª. ed. Campinas: Autores Associados.

Spozati, A. (2000) Exclusão social e fracasso escolar. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 71, p. 21-32, jan.

Vigotski, L. S. (2001) *A construção do pensamento e da linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes.

Zuccolotto, S.de A.L.(2009) A desvalorização do brincar pela família do século XXI. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico*. 2ª Edição.